

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.681 - RS  
(2019/0002011-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**REQUERENTE** : **WILLIAN MONTEIRO BECKER**  
**REQUERENTE** : **MARA SILVANA BECKER**  
**ADVOGADOS** : **ALANCARDINO SARAIVA VALLEJOS E OUTRO(S) - RS046263**  
Carlos Roberto Wingert - RS080152  
**REQUERIDO** : **PAULA DE JESUS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **JULIANO FREDERICO KREMER E OUTRO(S) - RS062632**  
CAROLINA COLOMBO DE ATHAYDE - RS074449  
**INTERES.** : **MUNICIPIO DE CAMPO BOM**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

A despeito da alegação de fraude na hasta pública, o pedido para que seja deferido efeito suspensivo não merece prosperar.

Esta Corte Superior admite, excepcionalmente, a concessão de efeito suspensivo a recurso, exigindo a demonstração do *periculum in mora* e do *fumus bonis iuris* consistente na plausibilidade do recurso ao qual se pretende empregar o efeito.

No caso, a Presidência do STJ já emitiu decisão não conhecendo do agravo em recurso especial, sem despontar qualquer teratologia nesse pronunciamento.

É que a jurisprudência do Tribunal entende ser necessária a impugnação específica do fundamento da decisão que inadmitiu o recurso especial, não bastando a contestação genérica.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL QUE TEVE SEGUIMENTO NEGADO, NA ORIGEM, COM BASE NO ART. 1.030, I, B, DO CPC/2015, E QUE RESTOU INADMITIDO, COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE. PREVISÃO DE AGRAVO INTERNO, NO PRÓPRIO TRIBUNAL DE ORIGEM (ART. 1.030, § 2º, CPC/2015). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, DIRIGIDO AO STJ. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O FUNDAMENTO DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015 E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

VII. No caso, por simples cotejo entre o decidido e as razões do Agravo em Recurso Especial verifica-se a ausência de impugnação específica do fundamento da decisão que, em 2º Grau, inadmitira o Especial, o que atrai a aplicação do disposto no art. 932, III, do CPC/2015 - vigente à época da publicação da decisão então agravada e da interposição do recurso -, que faculta ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida", bem como do teor da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, por analogia.

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.416.343/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/5/2019, DJe 30/5/2019)

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Voltem os autos conclusos para julgamento do agravo interno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator